



3ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP

28 de junho de 2011.

Local: Salão Negro – Palácio da Justiça – Brasília, DF.

28 de junho - MANHÃ

ABERTURA DOS TRABALHOS

Às 10:40 h, do dia 28 do mês de junho do ano 2.011, no Salão Negro, edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF, no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o Conselho Nacional de Segurança Pública. Estiveram Presentes: o Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, a Presidente Sra. Regina Miki, o Vice-Presidente Cel. Agnaldo Augusto da Cruz, a Secretária Executiva na 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP). Que cumprimenta a todos e a todas, solicita que os conselheiros tomem assentos. **A Presidente**, cumprimenta a todos e a todas. Abre a reunião com uma rodada de apresentação dos conselheiros ao Sr. Ministro e depois a apresentação dos Diretores da Senasp ao Conselho. **A Presidente** realiza a leitura da pauta e em seguida passa a palavra ao Sr. Ministro. **Sr. Ministro** bom dia a senhores e senhoras é um prazer estar com vocês nesta manhã. Gostaria de fazer uma rápida ponderação sobre a política de segurança pública, o papel que vocês terão neste processo. A Presidenta da República elegeu algumas prioridades na sua atuação nos quatro anos de governo e dentre estas prioridades foi escolhida a segurança pública: combate ao crime organizado, à violência e ao crack. Por decorrência imediata o Ministério da Justiça passou a ter a centralidade à questão da segurança pública, neste contexto, obviamente, além da situação natural que vivemos de redefinição de equipe, definição geral da Polícia Federal da Polícia Rodoviária Federal, neste primeiro período nós vamos definir novas situações e estamos numa reflexão sobre segurança pública para construir um plano. É claro que este plano exige primeiro uma elaboração interna uma aquiescência da Presidenta para depois fazermos uma consulta à sociedade. É nesta fazer que nos encontramos. Já temos alguns planejamentos pra submetermos aos senhores, planos que já foram aprovados pela Presidenta, pois não adiantaria trazer para os senhores se a Presidenta não tivesse aprovado. Nós temos claro que o problema de segurança pública no país foi relegado, os estados têm o direito constitucional de gerirem a política de segurança e assim ficamos patinando. A segurança pública envolve um conjunto de políticas, União, Estado e Município tem responsabilidade compartilhada na política de segurança pública. Em nenhum momento nos passa pela cabeça que o Governo Federal não tem nada a ver com isso, sim, nos temos muito a ver com isso. Primeiro integrá-los ao sistema, e valorização de recursos humanos e tecnológicos. Estes quatro pontos são fundamentais para a nossa política. Ressalta que é necessária integração de atuação e articulação entre forças policiais e inteligências, articular ações entre as forças federativas. Integração também do ponto de vista nacional, sendo que a articulação dos entes federativos é ainda muito incipiente. É também desejável, uma integração internacional, especialmente no combate ao crime organizado e ao

narcotráfico internacional. Integração no âmbito federativo, interfederativo e internacional, muitas vezes recursos são mal empregados em função da ausência de integração. Nem sempre a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional atuaram de forma integrada, muitas vezes havendo disputas corporativistas. No âmbito dos estados, percebe-se a mesma coisa entre a Polícia Militar e Polícia Civil. Integração também do ponto de vista nacional, que os entes federativos se integrem. Nos não temos ações articuladas, salve algumas exceções, os estados onde apresentaram ações integradas apresentaram bons resultados, como Pernambuco, por exemplo. Quando se fala em combate ao crime organizado temos que pensar em integração internacional, em políticas de fronteiras. A Europa está preocupadíssima sobre a quantidade de consumo de cocaína, cada vez fica mais claro que o enfrentamento do narcotráfico passa pela integração internacional. Quanto à informação, nos somos capengas em dados, os nossos dados não dizem nada, o próprio mapa da violência tem uma base de dados do sistema do SUS de 2008, muito desatualizado. Isto é impensável, nos tempos modernos nos temos que saber em tempo real o que está acontecendo, não da para sermos intuitivos. Temos que ter critérios objetivos para a formulação de políticas públicas, que oriente o nosso trabalho. A partir da informação podemos fazer o planejamento e gestão da segurança pública. Em situações visíveis da realidade, ficam invisíveis em função do espetáculo pirotécnico. A valorização dos recursos humanos, infelizmente a realidade brasileira apresenta péssimos salários para os profissionais da segurança pública, assim muitas coisas não avançam, geram impasses, esta é uma realidade a ser percebida, a informação em alguns estados nem chegam. Diante deste quadro, bem teórico, nos começamos a tatear os caminhos para discutirmos com os senhores. A primeira iniciativa que tomamos foi percorrer os estados, achei melhor do que receber os Governadores no Ministério da Justiça. Foram visitados, até agora, 17 estados desde janeiro, em alguns estados, por características específicas, voltou-se três vezes. Foi um período de tomada de situação, de registro e ajustamento. Queria ter visitado todos os estados até julho para apresentar o relatório para vocês, mas por motivos de saúde eu não consegui. Sei que privei a Secretária Regina do convívio dos senhores, mas era preciso a presença dela nestas viagens. Inclusive em viagens para outros países, como Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai. Este período foi um período de tomada de conhecimento da situação, foi um período de registro, de conhecimento. Com tudo isso o que estamos levando para a Presidência os projetos. A prioridade pedida pela Presidenta foi o plano de fronteiras, cujas linhas mestras já foram apresentadas e será debatida com os senhores. O Plano de Fronteiras, nós temos mais de 16 mil km de fronteiras secas, em proporção com outros países é um número gigantesco. O plano exige da gente integração entre as polícias, nos não temos a logística das Forças Armadas, temos que integrar. Eu não posso dizer que esta integração não existe, ela existe na ponta, mas não existe no comando e é isto que estamos fazendo. Dois tipos: gerencia o Programa Sentinela, duplicação de homens a partir de mais de trinta pontos vulneráveis, a outra é a Operação Ágata das Forças Armadas com apoio do Ministério da Justiça. De tarde vocês debaterão este projeto que já foi aprovado pela Presidenta. Estamos encaminhando hoje para a Presidenta o Plano Nacional de Redução de Homicídios, um plano ousado, parte de conquistas anteriores, a idéia é avançar, pegar o Pronasci e dar alguns passos adiantes na mesma perspectiva e metodologia, iremos propor também um programa de ampliação das vagas de encarceramento do Brasil, tanto de penitenciárias como de cadeias públicas. Temos dados do Infopen que são 300 mil vagas de déficit no Sistema Prisional além de ofensas claras aos direitos humanos. Também submeteremos a criação de um sistema nacional de informação e estatística, que obrigará os entes da federação a repassarem informações adaptadas à segurança pública e não ficar na dependência de informação do DATASUS. Será uma obrigação e implicará em sanções. O registro não é padronizado, alguns estados registram homicídios, outros encontro de cadáveres, queremos padronizar este registro para termos informações mais palpáveis.

O estado que não repassar estes dados não receberá recursos do Ministério da Justiça. A idéia é criar este sistema nacional por meio legislativo. Também estamos fazendo uma readaptação do PAC2, para aumentar o número de postos de policia comunitária, em áreas onde estão população vulneráveis. Por fim, algo que está em curso, que é a Campanha do Desarmamento, que nós íamos lançar em julho, mas apressada pelo episódio na escola de Realengo. Até o momento, foram arrecadadas 10 mil armas. Está sendo uma campanha praticamente voluntária, sendo realizada por entidades sociais, como a do Almir, não tivemos uma campanha publicitária. Espero termos um bom balanço em dezembro. Quando eu falei de integração foi pela óptica de estado, mas não tenho dúvida de que esta integração tem que passar pela sociedade, e que aqui entra o papel do Conselho, vocês devem nos orientar. Nesta primeira etapa elaboramos os planos, apresentamos a Presidenta, mas deve ser aprimorada pelos senhores. Em linhas gerais, era isso que eu queria dizer, um rápido balanço do que tem sido feito. Podemos marcar um agendamento para a minha participação nas reuniões do Conselho, para eu extrair o que acho rico e pertinente. **A Presidente** pede a palavra e ressalta a presença de membros do Ministério da Defesa. Que eles farão junto com o Alberto a apresentação do plano de fronteiras. Em função da agenda, temos três conselheiros, cada um de um segmento, quer fazer uma fala. **Conselheiro Alexandre** bom dia novamente, a minha fala que representa um pouco as discussões do segmento da sociedade, que a gente vem sentindo neste Conselho, nos constatamos um enfraquecimento do Conasp como um espaço de participação. Após a Conseg houve uma expectativa de que a participação na política seria aprofundada e o que a gente vem sentindo é que estamos enfraquecendo. Estamos colocando esta questão, pois houve um Decreto no ano passado sem sabermos, houve também uma Portaria que desequilibra a composição do Conselho, a forma como foi feita a Portaria não nos consultou. Fora isso, sofremos de uma falta de informação, entendo que deva passar pela Presidenta, mas a ausência de informação é um equivoco, explico por que. A participação contribui de forma efetiva para a construção da política. Não necessariamente que as decisões seriam acatadas, mas seria fundamental o debate no desenho das políticas. A gente vê que estas discussões se da em outros espaços, o Plano de Redução de Homicídios. Uma outra coisa, em fevereiro ficamos sabendo do corte, fizemos uma solicitação por escrito para saber onde foi feito o corte na política, quais as prioridades. O Conasp foi chamado para participar no PPA, nos fomos um dos únicos conselhos que não tínhamos nos reunido, que não tínhamos elementos para discutir a política de segurança. A não presença da Presidente nas reuniões nos mostra este enfraquecimento, é importante a participação da Presidente. Qual o papel deste Conselho para a formulação da política? A nossa sugestão é de que todas as pautas do Ministério da Justiça passem pelo Conasp, até hoje não discutimos, não avaliamos o Pronasci. Temos que acompanhar a formulação das políticas e isto não está acontecendo. Muitas vezes nos falam do corte orçamentário, e nos não sabemos do que estão falando. A sociedade civil solicita que o Ministro assuma a presidência do Conasp como forma de legitimar o Conselho. Ressalta também que em 2011 não se discutiu nenhuma política de segurança pública no Conselho, segundo ele por falta de informação. São estas questões, foi muito boa a sua fala, mas ainda temos muitas preocupações de como o Ministério da Justiça vê o controle democrático. Toma a palavra o **Conselheiro Benedito Mariano** que diz que a sua fala é em nome dos gestores do Conselho. Começarei por algumas questões levantadas por conselheiros e outra de encontro com o Conselheiro Alexandre. Em uma reunião rápida temos a preocupação de que a política de segurança não tenha uma valorização dos profissionais. Pergunta se foi criada ou será criada uma Secretaria Especial para a Copa e para as Olimpíadas. Essas foram às questões dos conselheiros, mas eu tenho mais três. Ainda de acordo com a fala do Conselheiro Alexandre, o Conasp quando foi criado, sua principal função era subsidiar a política e ainda não esta clara para esta gestão qual o papel do Conselho, sua função. Nestes seis meses nos não tivemos nenhum

interlocutor, vale ressaltar o esforço do Vice-Presidente e da Secretaria Executiva, nos não temos interlocutor, então debatemos temas pontuais e não a macro política. Então nos precisamos da presença da Secretária Regina em nossas reuniões. O programa do governo anterior, que Dilma tem continuidade e que marcou uma política de integração entre único e município foi o Pronasci, tinha situações complicadas, pois quem pensava não executava, com este governo pensamos que o Pronasci seria fortalecido, mas não sabemos o que vai acontecer, vai continuar? Só percebemos um silêncio. Quando o Programa tem um mínimo de visibilidade ele perde força e não sabemos se acabou ou não, foi um Programa integrador, que trouxe o conceito de prevenção para a política de segurança. Não há a discussão das agendas do Ministério dentro do Conasp, por falta de informação e de um interlocutor. Outra questão que, tem angustiando foi o corte de 80%, 90% no Bolsa Formação. Para os Guardas Municipais, segundo ele, o programa Bolsa Formação é subsídio. Por último, no próximo ano teremos que fazer um planejamento para a II Conseg, quais as diretrizes para próxima Conferência. Há questões da 1ª Conseg que ainda não foram debatidas, este Conselho poderá participar da equipe que elaborará o texto base para a II Conseg? Este Conselho pode estabelecer alguns pontos estratégicos para o Ministério da Justiça, maiores do que foi dado até agora. Toma a palavra o **Conselheiro Gandra** que falar que nós do segmento dos trabalhadores e vimos com a fala dos dois segmentos que estamos muito sintonizados, os problemas citados esta era a grande angústia, estamos ratificando estas falas. Vamos abordar os dois temas: houve um gasto ano passado com o Pronasci, a Conseg mobilizou mais de 500 mil participantes, percorremos diversos estados, investindo no tempo e conseguimos realizar um fato inédito. Colocamo-nos como parceiro para a política nacional de segurança pública. Que o novo Decreto, foi uma surpresa desagradável entre os conselheiros. Que o Conasp sentiu-se desprestigiado pela ausência do Ministro nas reuniões. E questiona qual a relação entre o Conasp e o Ministro que se construirá após essa reunião extraordinária. Ele diz que propôs uma greve dos conselheiros, e que o ex-ministro Tarso Genro era o Presidente do Conasp à época, e que eles sentiam-se prestigiados. Ele diz que o Conasp veio para monitorar as diretrizes da primeira Conseg. Que o Governo, caso exista uma intenção de tornar o debate no Conasp em caráter só consultivo, deve ser sincero. Que somos cobrados nos estados informações sobre as políticas. Quem sabe agora a gente o barco no rumo certo. Espero que o governo tenha a sensatez para aceitar e conversar com o CONASP, assim como acontece com os demais conselhos. É isso que os trabalhadores, têm para trazer para o senhor. A união tem que se envolver e fomentar a política de segurança. Muito obrigado! Toma a palavra o **Sr. Ministro** Primeiro ponto: eu acho saudável e natural de que possa haver este enfraquecimento, mas não é real. É um Conselho recente, vocês entram com a vontade de trabalhar. Eu preciso explicitar o que aconteceu neste período. Já que a segurança pública não é prioridade do Ministério da Justiça e sim da Presidenta, eu não posso apresentar um plano sem ser aquiescência da Presidenta. Vocês vão sacramentar os planos, mas a aquiescência é da Presidenta. Assim, várias das questões serão apresentadas agora. Esse diálogo, deve ser feito, mas para que eu possa convidar a noiva para sair, preciso saber qual será o restaurante. Então eu preciso de autorização da Presidenta. Se tivéssemos discutindo outros temas do Ministério da Justiça, eu teria autonomia para falar com os senhores, mas segurança pública como é prioridade da Presidenta, eu não posso. Com o corte tive vários problemas com as diárias da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, então para a política de fronteiras, eu tive que conversar como Ministério do Planejamento. Para discutir com os senhores, eu preciso ter o que discutir, senão estarei sendo leviano. Por isso é importante entenderem esse aspecto. Sobre o Decreto, acho legítimo os senhores discutirem e debaterem, e as sugestões encaminhem. O Pronasci é um programa que veio para ficar, é lei, é necessário aperfeiçoar. Um dos pontos é a forma que vamos alocar recursos a partir de critérios objetivos. O Tribunal de Contas tem nos argüido e eu tenho que ter critérios

objetivos, com foco. E ai entra a questão da Bolsa Formação, um programa importantíssimo, ela permite a formação e subsidio aos profissionais. Foi criado com o objetivo de orientar prefeitos e governadores para se chegarem a um piso, o problema é que no final do ano passado tivemos o estouro orçamentário, ultrapassamos em R\$ 300 milhões de reais. A idéia não era cortar, mas adequar para apontar à necessidade ate 2012. Foram discutidas, havia municípios que faziam renovação automática, então estamos remodelando, fazendo adequações para melhorar o sistema. Outro dado importante, Secretaria Especial para Copa. Ficou claro para nós, mas a Copa exige um conjunto de interações, ela tende a deixar um legado para a segurança pública. Na discussão com o Ministério dos Esportes, ficou claro que teríamos que criar uma unidade é a idéia de aproveitar a experiência dos Jogos Pan-americanos de 2007. Por isso, a idéia é aproveitar a equipe e expertise do PAN, inicialmente convidamos o Luis Fernando Corrêa, mas ele recebeu outra proposta e não temos condições de competir com o mundo privado. Ele indicou uma pessoa das relações internacionais, nós eu e a Presidenta aceitamos, ele já esta trabalhando no plano. Eu estou gostando muito do que vi do plano até agora. A questão do orçamento, eu defendi, mas quando cortou um bilhão, nós tivemos que fazer os ajustes necessários. Implicou em corte de viagens e diárias. Em relação ao Conselho, a presença da Secretária, acho de fundamental importância, mas se a Presidenta me chamasse eu iria, por mais que vocês ficassem bravos. Se eu chamo, ela tem que ir. Eu achei fantástica a idéia de reuniões itinerantes, mas dificulta a nossa participação. O Conselho é soberano para decidir este ponto. Eu acho que os pontos centrais foram estes. Podem certeza absoluta, eu não acho que temos um namoro, nem noivado, nós já somos casados. Muito obrigado. Toma a palavra a **Presidente** que diz que o Conselho é uma construção coletiva, da qual pelo menos um servente de pedreiro foi. Que enquanto conselheira gostaria de pedir auxilio dos senhores para me ajudar em questões de segurança pública, e que pelas falas e pelos e-mails transitados, pois acompanha todos, que estaria com a intenção de esvaziar o Conselho e com descaso, acho que poderiam ser, mas construtivas as criticas, eu não estou sendo omissa com este Conselho, mas tenho responsabilidades que assumi em função do meu cargo. Gostaria de refletir com os senhores, vocês votaram o Regimento Interno, as Resoluções das Câmaras Técnicas e hoje escuto o Conselheiro Mariano questionando sobre a II Conseg, mas existe uma Câmara Técnica para debater este ponto. Quando assumi a secretaria, eu preservei a Secretaria Executiva para dar continuidade ao trabalho, deixei a Cintia, Sady, Aline, Flávia e a Verônica para que não se perdesse a memória e vejo que não adiantou nada. Que o Ten. Cel. Augusto tem competência legal para substituí-la na Presidência do Conasp. As reuniões itinerantes, são mais baratas que as fixas, mas dificultam a presença dos diretores da Senasp, do Ministro e dela própria. Quando o Ten. Cel. esta aqui ele não é o Ten. Cel., mas o Secretário Nacional Substituto, como ele não pode presidir as reuniões? Então ele não tem função? Tudo que discutimos aqui, no Conselho eu quis levar para secretaria e escuto criticas. Até que ponto estamos sendo atendidos? A inerência está trazendo mais economia, as duas reuniões fora gastaram menos, mas ela não me permite participar nos dias, a participação dos diretores. Quando a Presidência saiu do Ministro, isso foi votado aqui. Coisas que estamos sendo cobrados, foram deliberadas. Peguei ontem um e-mail do Marcos Dias, vários pontos do Decreto que ele critica, ele coloca a saída do Gabinete para a Senasp, foi o contrário, saída da Senasp para o Gabinete do Ministro. Se for para fazer uma critica, tudo bem estou aqui, mas vamos fazer uma critica construtiva. Eu vou pedir aos senhores devido à explicação do Ministro, nós temos reunião com a Presidenta toda semana, nós preparamos, levamos para ela e retorna. A critica de conselheiros que não conhecem o Plano de Fronteiras, eu também não conheço. Nós temos diretrizes, mas a política ainda esta em construção. Da mesma forma estamos pensando o Plano de Homicídios, aquilo que pensamos sobre a reestruturação do Pronasci, hoje será levada a Presidenta, assim que for aprovada traremos aos senhores, que serão convocados

extraordinariamente. Se eu cheguei aonde cheguei não é porque sou amiga do Ministro ou porque ele gosta de mim, eu me ofereci para ir ao Pará, eu nunca me neguei a ir para o dialogo, já participei de situações complicadíssimas, como por exemplo, na Bahia. Eu tenho algumas responsabilidades como secretária que gostaria de dividir com os senhores, pois é o meu CPF que está lá. Que a execução da política da segurança pública são de exclusividade sua, que gostaria de compartilhar, mas, não pode. Eu respeito vocês imensamente, mas tenho uma diretriz da Presidenta para cumprir e não vou descumprir. Mais uma coisa que daria para falar sobre a Bolsa Formação, ela estava levando 60% do investimento do Pronasci, poderíamos deixar nesta crescente até chegar em 100%, mas perderíamos o Pronasci. Sobre o Decreto, tudo que foi modificado foi pactuado aqui e foi tudo gravado. Ele simplesmente tirou apenas a transitoriedade. Ele é consultivo nas linhas gerais e deliberativo no que compete, a Casa Civil pediu que deixasse isso mais transparente. Que jamais viu qualquer lei dar competência, extrapolando competência, e foi somente isso. Também, se existe alguma proposta, criem e nos apresente. É um Decreto Presidencial e temos um trâmite pesado para fazer. Estarei aqui das 14 as 16h00min, teremos a apresentação do Plano de Fronteiras. Já temos alguns resultados das operações em curso, este Conselho pode se manifestar sobre este Plano de Fronteiras que o Diretor Alberto fará. Os senhores serão convocados extraordinariamente para se reunirem o Plano de Homicídios assim que a Presidenta aprovar, isso se ela não quiser passar antes por um grupo de trabalho que ela tem o costume de constituir. Que também será apresentado o Plano de Defesa à Vida, formulado de forma emergencial para conter a onda de violência na região norte do país. Ela requisita que as críticas sejam debatidas nas Câmaras Técnicas e sejam encaminhadas sistematizadas para a Senasp. Que estão sendo preparados 100 policiais da Policia Civil para trabalhar na resolução dos inquéritos. Sobre a Força Nacional que ajudará na resolução de inquéritos nos estados, o que estamos fazendo é que cada caso seja um inquérito. O próximo passo é criar um nivelamento da perícia e papiloscopista para participar deste processo. Gostaria que estas críticas fossem debatidas nas Câmaras Temáticas e que viessem como encaminhamento construtivo. Que recebeu um e-mail que Força Nacional no Rio Grande do Norte seria um jeitinho brasileiro, um arranjo para levá-la aos estados. Que não é uma política definitiva, mas emergencial. Que a Enasp uma das metas é encerrar 10.000 inquéritos ajuizados até 2007. Que estão fazendo é desdobramento de inquéritos devidos a várias mortes dentro do mesmo caso. Que não tem como aumentar o número de inquéritos. Que têm peritos trabalhando na Força Nacional. Que se há alguma dúvida sobre a atuação de qualquer órgão subordinado ao Ministério da Justiça, porque a Senasp faz parte do Ministério da Justiça, se há qualquer dúvida deste Conselho, que seja solicitado informações, pois estamos lá para isso. Cuidado com os e-mails, pois são públicos. Questão de ordem do **Conselheiro Marcos Costa** que diz que nós tínhamos que aprovar a pauta, após a sua fala gostaria que abrisse para os conselheiros para que a gente não venha aqui só ouvir. **A Presidente** diz que a pauta da reunião extraordinária não deve ser aprovada, segundo o Regimento Interno. Eu li a programação no início e lá teria um momento da minha fala, que é o que estou fazendo. Que consulta aos conselheiros se quer que pare com a fala, o que não tem problemas. **Conselheira Cinthya Pinto** que é somente uma questão de encaminhamento, que esse ponto fica pendente para o Conselho. Temos vários pontos que devemos acertar com a senhora antes do fim da reunião. Se não tivermos a oportunidade de ajustar com a Presidência as pendências internas fica prejudicada o andamento da pauta. Com relação à condução do Ten. Cel. Augusto nas reuniões e outras questões que tem que serem resolvidas, não tem como caminhar para outras questões sem passarmos um pente fino feito pela manhã. **A Presidente** diz que ia encerrar com o encaminhamento pedindo uma reunião da mesa diretora ainda hoje. **Conselheiro Benedito Mariano** que pensa que poderíamos ficar mais meia hora, para contextualizarmos as falas que não é relação à pauta, mas a situação do Conselho, deveríamos abrir este debate ou alterar a

pauta que já está pré-estabelecida. Que gostaria que este plenário rediscutisse o rodízio das reuniões, o Ministro deixou clara a dificuldade de participação da Secretária e dele nas reuniões sendo itinerantes. Queria encaminhar que as reuniões voltassem para Brasília. **Conselheiro Tião** que poderíamos terminar a reunião agora e retornaríamos às 14hs para o Pleno se posicionar e às 15hs continuariam com a programação proposta. **Conselheiro Marcos Dias** que gostaria que a minha fala fosse considerada pela Dra. Regina, gostaria de parabeniza a coragem da senhora por encarar o desafio da situação do Pará. O caminho da democracia durante tempo foi um caminho difícil, os conflitos vão aparecer, estão aparecendo e com a participação da sociedade. Em relação ao que apresentamos ao Ministro, não apresentamos nenhuma novidade, são temas recorrentes em todas as reuniões. Sabemos que a senhora está bem representada pelo Ten. Cel., mas no calor do momento várias informações se perdem. E na hora do e-mail também enviamos no calor do momento. Sobre o Decreto nós discutíamos exaustivamente na 2ª reunião extraordinária, o Decreto foi alterado sem sabermos, houve um enfraquecimento. Já refizemos as nossas sugestões para o Decreto. **Conselheiro Marcos Rezende** na verdade, parece que algumas coisas se colocam em alguns espaços e se remodelam em outros espaços. O que acontece é que muitas vezes quando se fala, eu sou muito vítima disso, pelo tom de voz, a forma como o outro ouve, parece ofensivo. Acho Presidenta que você também deve pensar muito sobre isso, pois pode estar com a melhor das intenções, mas o seu tom parece outra coisa. Parece que tem um grupo de pessoas brigando contra e não é isso. Na verdade Temos uma série de conselheiros que ajudaram a construir inclusive o seu nome e o seu CPF Secretária, para que você ocupasse um cargo importante, para nós também. Pode até ser que a senhora não veja e nem entenda assim, mas nós entendemos e eu entendo dessa forma. Inclusive cedo o nome e CPF, se cederem o cargo, espaço e os prestígios, se for só o parte ruim não quero. Acho que temos prestar atenção nisso. Que o e-mail que foi mandado, foi o e-mail que foi mandado e não tem calor de momento. Que não se engana este e-mail foi criado pelo Ministério da Justiça, e que não é um documento qualquer. O e-mail é um documento, é um pronunciamento, então quem escreveu deve assumir, e que se for processado, que arrume um advogado. Agora o que não podemos, é nos sentir intimidados. Que essa reunião demorou dois meses, e o encontro com o Ministro demorou seis meses e não tem nada de já vai acontecer, demorou. Que nós até entendemos os motivos, mas que demorou muito. O Ten. Cel. Augusto colocou que nossas considerações seriam utilizadas na Conseg. Eu não tenho chefe aqui, e às vezes a forma que a Presidente fala, às vezes soa como se fosse nossa chefe. Eu gostaria de propor para depois do almoço que a Secretária abaixe um pouco as armas. Eu não mando e-mail, mas tenho conversado com o Augusto e a Suelen, eu ligo pra eles, porque eu conheço a mão pesada que tenho, então prefiro ligar. Então peço que baixe as armas e vamos construir um trabalho mais harmônico. Pois a sociedade brasileira que sofre com a insegurança necessita que o Conselho trabalhe em harmonia. Era isso. **A Presidente** consulta sobre a possibilidade de votação a proposta do Conselheiro Tião. Mas, que não retira a proposta de ter uma reunião também com a mesa diretora. **Conselheiro Marcos Costa** que o grupo representativo é permanente e não substitui à plenária. **A Presidente** disse que uma coisa não implica a outra, eu não tive em momento nenhum, quando ouvi as gravações, porque ouço todas e vi os vídeos, eu sei do intuito deste grupo criado, quero encontrar com este grupo, mas não exclui ouvir a plenária. A proposta é passar o Plano de Fronteiras às 15hs o segmento se reúne e o grupo representativo me passa o que foi discutido. Em votação. Aprovação unânime. Suspensão para o almoço e marcado o retorno às 14hs.

Retorno às 14:30 hs

O Presidente interino informa que a Presidente do Conselho, encontra-se reunida com o Ministro e em virtude disso consulta ao Conselho sobre a possibilidade de inversão da pauta para apresentação do Plano de Defesa da Vida pelo Major Aragon e logo após a Secretária irá retornar a mesa. Todos conselheiros concordam. **O Major Aragon**, também Diretor da Força Nacional passa a apresentar o Plano de Defesa da Vida, explanando sobre a Força Nacional e suas ações. É uma operação em conjunto com o Min da Defesa e Secretaria de Direitos Humanos com várias frentes, inclusive a ambiental. Acredita que caberia em outro momento o papel da Força, mas explica brevemente o significado de seu brasão. São 18.000 homens e mulheres em condições de serem mobilizados. **Conselheiro Marcos Dias** solicita brevidade da apresentação da Força Nacional. Retoma a palavra o Major Aragon concluindo a apresentação. Após abre-se inscrições das falas dos conselheiros. **Conselheiro Manoel** quer consignar em ata o elogio da apresentação da Força Nacional enquanto uma força pública que na sessão do Conasp, traz em sua fala o registro dos grupos de extermínio, trabalho escravo e que se sente emocionado, que do lugar que vem, do GAJOB, de Pernambuco valoriza essas ações em Direitos Humanos postas aqui pelo Major, e que é necessário aprofundar esses temas no Conasp. **Conselheiro Tião** que tem a mesma linha do conselheiro que antecedeu. Que tem algumas perguntas sobre de quem é o Comando da Força quando ela está atuando, e como se faz com as famílias, se tem proteção, e se tem convivência nessas ações criminosas. **Major Aragon** diz que quem comanda a operação no estado, segundo a Lei 11.473, é o Comandante pelo estado, mas sempre em parceria com a Polícia Federal e possível intervenção do Ministério Público Federal. Como os crimes são de repercussão nacional e internacional, eles devem ser acompanhados pelos responsáveis das instituições afetadas. **Conselheira Cibele** que mesmo com repercussão internacional ainda continuam impunes, que temos uma geografia muito favorável para a exploração. Que no Estado do Pará tem projeto de dividir em três partes, e com isso se tem questões muito complexas. Que as situações são muitos complexas até maiores do que foi colocado pela apresentação da Força Nacional. **Conselheiro Benedito Mariano** parabeniza as ações postas pelo Major Aragon e pela importância das ações do campo que tem sido realizada e quer consignar em ata que a Força Nacional foi criada no governo do Presidente Lula e está ampliando no governo Dilma, faz colocações sobre a possibilidade de transformar a Força Nacional em Força Permanente da União. Que precisa ser regulamentada de direito. Que os 18.000 policiais treinados possam escolher sobre ficar no estado ou na União. Que existe de fato e que deve ser regulamentada. **Conselheiro Agadeilton** cumprimenta a todos e a todas e chama a atenção dos conselheiros que é a pauta da reunião é o planejamento. Que a apresentação é de ações agora realizadas e não se fala do que está sendo planejado. Que é necessário diagnóstico. Que o Conselho possa contribuir com a construção das políticas de segurança, que até o momento foi frustrada tal expectativa. Que acha relevante a apresentação, mas chama a atenção do Conselho para esta questão. **Conselheiro Marcos Costa** que parabeniza ao Diretor da Força Nacional pelas ações que estão sendo realizadas beneficiando aos que estão na ponta. Que pela manhã foi discutida a necessidade de resolver questões internas em virtude da saída da Secretária às 16h00min. Propõe já iniciar o debate. A Presidente consulta aos conselheiros inscritos se querem efetuar suas inscrições nas falas. Pela questão de ordem o Conselheiro solicita que seja dado o encaminhamento correto sobre a inversão de pauta. Os conselheiros votam pela pauta interna. **Conselheira Raquel** que quer recuperar dois pontos que foram colocados pelo Ministro e posteriormente pela Regina. O primeiro diz respeito aos limites de apresentação de algumas diretrizes do desenho da política antes que passe pelo crivo de aprovação da Presidenta. Que todos sabem da relevância da segurança pública seja entendida como prioridade de governo.

No entanto, dificilmente nós vamos conseguir mudanças significativas a partir do debate realizado no Conselho. Que recentemente o Pacto para Redução de Homicídios foi discutido em um espaço público, no Fórum Brasileiro de Segurança Pública e se é possível abrir o debate com técnicos em um espaço ampliado, porque não é possível fazer essa interlocução para que se possa contribuir de alguma maneira no primeiro desenho nesse Plano. Que tivesse abertura de reconsiderar essa possibilidade de reconhecer o Conselho estância capaz de contribuir na formulação no desenho inicial da proposta que será levada a Presidenta. Segundo Regina, em relação ao Decreto, dizer que muitos de nós que estivermos presentes na composição transitória, que você chegou a mencionar que o Decreto de dezembro traduziu em pactuações e deliberações desse Conselho e se isso realmente tivesse ocorrido não teria o desconforto que houve no momento que nos deparamos com o Decreto e o Conselho não sentiu representado no texto do novo Decreto e não houve decisões e construções consensuadas e lembra que o Conselho passou em uma reunião o dia inteiro discutindo em uma posição propositiva, de contemplar e incorporar o trabalho de um dia inteiro das propostas que foram encaminhadas e reiterar a proposta do Marino sobre a revisão das reuniões itinerantes. **A Presidente** informa que as propostas que foram debatidas já foram encaminhadas a CONJUR. Que o não houve apresentação do Pacto de Redução de Homicídios, o que foi dito é que o Ministro e eu estávamos viajando aos estados. Que pretende trazer as diretrizes aprovadas pela Presidenta e que após isso o Conselho possa se debruçar no que foi aprovado pela Presidenta. Que deve ser acertado como fazer. **Conselheiro Alexandre** diz que tem a mesma preocupação da Conselheira Raquel, que pela fala do Ministro e pela fala da Secretária se está vivendo uma dicotomia entre uma diretriz governo Dilma de ampliar a participação popular, a democracia participativa, a iniciativa do governo Dilma de realizar um Fórum Inter-Conselhos e para discutir o PPA de forma participativa com os Conselhos Nacionais e isto visar à centralização da gestão e que é diferente da gestão do governo Lula e que há um equívoco por parte do Ministério e da Senasp de não levar a discussão para o Conasp, porque tem um tempo político, institucional e legal também. O PPA tem que ser apresentado e o Governo Federal tem que encaminhar até agosto para o Congresso. Que vai ter não só as diretrizes pactuadas com a Presidenta Dilma como os objetivos, ações para os quatro anos. Que esse é um momento fundamental de discussão das formulações das políticas e que se perdermos esses momento, pois a próxima reunião está marcada para agosto, temos que discutir enquanto Conselho as estratégias de segurança pública na Comissão de Segurança Pública na Câmara dos Deputados. Que será aquele o espaço, pois o espaço no Governo Federal já vai se dar e faz parte do jogo democrático, que a mudança da gestão não impede que seja discutida, seja pactuado com a Presidenta e volte. Que faz parte do jogo democrático e que enquanto Conselho deveria ser discutido e concorda com a sugestão de discutir. Que o Delegado Daniel apresentou para um grupo de conselheiros, antes do Fórum Inter-Conselhos e foi muito importante para pensar como se está pensando, como o Ministério está pensando mesmo que se mude. Outro ponto, que quer saber como vai encaminhar a Presidência sobre a Portaria que causa desequilíbrio no Conselho no tocante a nomeação de treze gestores. Que vai contra o Decreto, como a Presidência vai encaminhar essa questão. Com relação ao corte orçamentário, quais são as prioridades elegidas? Segundo o Ministro, foi de 1.5 bilhão no campo da segurança pública. Que em fevereiro foi feita um documento requisitando informações por parte de alguns conselheiros da sociedade civil, onde vão ser os cortes na segurança pública. Que segundo o Ministro os cortes são pontuais e na visão de planejamento estratégico e gestão é realmente isso que está acontecendo? As discussões de prioridades estão sendo pontuais? Com relação aos trabalhos das Câmaras Técnicas que é importante e se não tiver informação, não haverá discussão. Que na reunião do Rio de Janeiro na Câmara Técnica de Financiamento e Políticas de Segurança Pública foi feita uma Resolução aprovada pelo Pleno que solicita informações ao Ministério da

Justiça e a Senasp que apresente os programas, estratégias, propostas e iniciativas no período de 2012-2015 para que haja discussão na Câmara. Que se não tiver essa informação, as discussões nas Câmaras Técnicas vão ser inúteis. Então, Presidente é o caso, uma sugestão de mudança de pensamento apresentado pela senhora e pelo Ministro. Que se a centralização da gestão está se dando dessa forma vai ser assim nos próximos dois, três, quatro anos e tudo vai passar pelo Gabinete da Presidenta e tudo vai ter que esperar para depois passar pelo Conselho. Que essa falta de informação vem prejudicando o trabalho enquanto conselheiros e que foram eleitos para esse espaço e por falta de informação do Ministério e da Senasp não estão podendo cumprir o papel que lhes foram designados. **A Presidente** comunica ao conselheiro que todos esses planos são para quatro anos e por isso a demora. Que o Conselho terá oportunidade de se debruçar e ajudar a criar o plano e dar seqüência inclusive orçamentária, e que não precisa o conselheiro se preocupar em receber ou não as informações anuais, porque são de quatro anos. Que estamos pensando em colocar no plano, conselheiros para a avaliação, e somente a preocupação será de avaliar. **Conselheiro Heder** que a reunião de hoje extraordinária serviu para distencionar o que havia no Conselho, pois de uma forma ou de outra, na Gestão anterior, contava com a presença com a Secretária Executiva, do Secretário Nacional e o Ministro. E que deixando de lado a fala do Decreto que já se sente contemplado com as falas dos outros. Que na nova gestão é a primeira vez que o Conselho se reúne com a Secretária Nacional. Que a Secretaria Executiva que tem estado a solucionar algumas questões, não tem acontecido a contento e sabemos que não são por pessoas e nos perguntamos se isso não estaria inviabilizando essa comunicação interna dos demais conselheiros. Que não temos respostas no que postamos no Fórum e isso foi gerando angústia à contra gotas e chegou-se ao estado que estamos caminhando para uma solução. Que quer saber qual o processo de diálogo com a Secretária. Que cita o caso concreto de Minas Gerais que é voluntária na Campanha do Desarmamento. Que existe uma Campanha junto com a sociedade civil. Que havia uma notícia que o Ministro estaria lançando a Campanha no dia 16 de junho. Que falou com trezentas mil pessoas no Ministério e não conseguiu falar com a senhora e ninguém o reportou. Que ficou em uma situação difícil, pois em Minas por mais que não seja reconhecido como conselheiro, pois a Secretaria de Segurança não reconhece um sargento como conselheiro, que na reunião a Secretaria de Defesa Social recusou-se a discutir com os praças, somente discutindo com as forças ascendentes. Que entendeu o recado que foi dado. Que diante desse quadro e após informações que a Campanha seria lançada, busquei informações no Ministério da Justiça. Que falou com o Ten. Cel. Agnaldo e com “N” pessoas e ninguém lhe deu informações positivas se haveria a Campanha e nesse momento estava junto a Assembléia Legislativa e não tive a informação se na Campanha do Desarmamento o Ministro estaria presente. Então gostaria de saber qual o canal para falar com a Secretária em caso de emergência. Que não vai ligar somente por ligar, pois sabe da responsabilidade de cada um. **A Presidente** responde que o canal é o mesmo de sempre e não está entendendo isso e que sempre conversa com conselheiros. Que o canal é o mesmo (61) 9304-0002. Que não deixa de atender o celular só porque é Secretária. Que o coordenador da Campanha é o Secretário Executivo do Ministério, Dr. Luiz Paulo. Que realmente o Ministro iria a Minas, mas diante de um diagnóstico do médico de necessidade de uma intervenção cirúrgica, não foi possível fazer o lançamento. Que parece que será no dia 29, pois o Estado de Minas não forneceu a data correta. Que vai se ausentar devido à reunião no Palácio. Que tem o maior respeito por todos. Que a ansiedade não é diferente dos conselheiros, mas que tem que cumprir um papel e quer que fique claro no sentido de compor juntos uma política de segurança. Que se hoje tivesse um orçamento todo liberado, e um plano para que pudesse ser executado e defendido por todos e pudesse ser partilhado com todos, estaria muito feliz. Que às vezes o que se quer não é realizado dentro do tempo. Que embora seja um governo de continuidade, o tempo é

diferente. Que o governo de continuidade não significa não deixar menos participação e sim partilhar responsabilidades. Que sabe que todos têm responsabilidades com as suas bases. Que não entende porque da dificuldade de falar com ela. Que somente fica sem o celular quando está na sala da Presidenta, pois ela não permite. Que até dentro da sala do Ministro é permitido. Que não entende porque disso. Que pede para enviar e-mails. Que lê todos os e-mails e que quando recebe os recados, retorna as ligações. Que não foge do debate, e que sabe de sua responsabilidade e de seu compromisso com este Conselho. Que eu não engano ao Conselho e nem o Conselho a mim. Que não são um mês juntos, são três anos. Que não tem ilusão nenhuma e também não quer iludir ninguém. Que assume o que fala. Que quando marcou essa reunião, disse ao Ministro que não participaria de outra, mas com a Presidenta não há como. Que quando não conseguirem falar com ela, postem e-mails, pois lê todos os e-mails. **Conselheiro Manoel** diz que quer fazer um encaminhamento. **Conselheira Cinthya Pinto** pede para dar suspensão na reunião por cinco minutos para se reunirem em virtude da suspensão dos assuntos. **Conselheiro Marcos Costa** solicita que seja revista a questão das reuniões itinerantes. O Presidente em exercício consulta a plenária, todos de acordo com suspensão. Retorno dos trabalhos. **O Presidente em exercício** diz sobre o quantitativo das inscrições dos assuntos internos, explica sobre as inscrições da apresentação do Major Aragon e ainda sobre a estratégia do Plano de Fronteiras. Que o Ministério da Defesa está presente para apresentar o primeiro desenho para conhecimento dos conselheiros e possíveis sugestões a serem agregadas. Consulta sobre a pauta para dar continuidade aos trabalhos. **Conselheiro Celito** que faz leitura do artigo que define as funções do Conasp. Que o Conasp está sendo alijados. Que nunca faltou a nenhuma reunião e que não se recorda de ter pactuado ou aprovado na plenária as mudanças do Decreto 6.950/09 que resultou no Decreto 7.413/10. Que foram surpreendidos sim de forma deselegante, descortês e antidemocrática na primeira reunião dessa gestão. Que quer deixar registrado, que na reunião extraordinária foram debatidas alterações que pelo que se pode ver, não chegou ao Ministro e parece que somente agora foi encaminhado a Consultoria Jurídica. Que esse distencionamento chega atrasado, onde se criou um ambiente tenso, ruim e desnecessário se esta reunião de hoje tivesse acontecido há mais tempo. **Conselheira Cinthya Pinto** reforça o que o Conselheiro Celito disse de se criar uma situação desnecessária. Que as pontuações feitas ao Ministro foram feitas em virtude de não poderem ter sido feitas a Presidência. Que são pontuações de fatos concretos decorrentes de seis meses. Que a fala da Secretária trouxe algumas inconsistências e em especial quer destacar da modificação do Decreto. Que foi modificado a revelia desse Conselho e que de fato não houve opiniões sobre isso. Que tem três encaminhamentos, fruto da sociedade civil e agregados dos trabalhadores e gestores. Que se tenha conhecimento do texto encaminhado a Consultoria Jurídica, para que não haja novas surpresas. Que se possa opinar sobre o novo texto. Que as reuniões voltem a acontecer em Brasília e as extraordinárias na medida do necessário analisadas por este Conselho. Para que se possa ter a presença do Ministro nas reuniões, e com isso possa ter constantemente a presença da Presidência e segundo que foi constatada que não surgiu o efeito esperado pelo Conselho, em virtude da agenda das autoridades, como o Ministro e da Secretária. **Conselheiro Alexandre** que terceiro o Conselho possa debater independente das consultas a Presidenta e que se passe pelo Conselho as propostas a serem encaminhadas a Presidenta e o Conselho receba informações tanto do ponto de vista orçamentária e de planejamento. **Conselheira Cinthya Pinto** complementa que ter conhecimento do texto antes de ser definitivo. O Presidente em exercício consulta a Plenária sobre os encaminhamentos da Conselheira Cinthya e se todos estão aptos a votarem. Em regime de votação. Aprovado por unanimidade. **Conselheiro Gandra** que explica que a sua inscrição era em virtude da presença da Presidente, mas que quer deixar registrado para que chegue ao seu conhecimento e adote as providências. Que o Ministro não respondeu a provocação que foi feita

pelo Conselho sobre a Conseg. Que quer saber o que será feito com as diretrizes aprovadas. Porque isso é cobrado dos conselheiros constantemente. **Conselheiro Heder** complementa que as diretrizes estabelecem a competência do estado e a continuidade do governo. Assim, a continuidade que é o papel do governo federal, deve ser expressamente dita aqui. **Secretária Executiva** explica que a Câmara Técnica de acompanhamento dos princípios e diretrizes da CONASEG que teve seu plano de trabalho. Mesmo com os percalços devido ao incidente dos bombeiros, o plano não foi finalizado, ela considera que houve um grande avanço. **Conselheiro José Neves** diz que parece que o Conasp está fazendo sua parte, mas o posicionamento do Ministério da Justiça não está claro. Assim, cita uma nota do Ministério da Justiça em relação a seu posicionamento? Assim, é importante saber o que o Ministério da Justiça pretende para o Conasp poder fazer o trabalho. **Conselheiro Tião** acredita que estamos construindo uma nova agenda. Talvez seja um momento mais efetivo do que está sendo feito sobre os princípios e diretrizes da Conseg. Porque isso é importante para eles visualizarem o que foi avançado e que ficou como desafio. Além disso, acredita que o Pronasci também precisa de um balanço efetivo. Quando ele vê que o Ministério da Justiça vai implementar cerca de 2000 postos comunitários no país, ele não sabe como se chegou a esse número e modelo. Ele tem sérias críticas ao modelo das UPPs então é preciso debater. Por fim, quais recursos estão disponíveis para as políticas de segurança do país. **Conselheiro Marcos Costa** que acredita que o Conasp está se consolidando e por isso as apresentações parecem não estar conectadas com os anseios desse conselho. O país está perdendo por pelo menos seis meses. Precisamos de um posicionamento da SE/Conasp sobre a inclusão de pautas, grupo representativo, tempo de divulgação do que foi aprovado precisa ser revisto. Assim, ele acredita que são alguns pontos que precisam ser revisto para implementar as mudanças desse país. **Conselheiro Benedito Mariano** questiona se vamos ter a apresentação da política de fronteira, porque se não for é preciso dispensar os responsáveis. **O Presidente** em exercício consulta a plenária sobre a continuidade das apresentações. **Conselheiro Heder** pergunta sobre o número de armas de fogo e brancas apreendidas e pessoas presas. Ele considerou muito insignificante o número de apreensões. **Major Aragon** responde, esclarecendo as diferenças entre as operações de fronteiras e as demais operações. **Conselheira Eliana** que demanda se nesse planejamento há uma previsão de diminuição desse tipo de operações. **Major Aragon** diz que as operações são planejadas de acordo com a demanda de cada local, mas com caráter pontual. **Conselheiro Marcos Dias** pergunta quanto custa a Força Nacional de Segurança Pública? Segundo o Ministro, parece que uma pessoa custa em média R\$ 6 mil de diárias, considerando ainda que são 18.000 homens, parece que custa em média R\$ 6 bilhões. Então na seria possível fazer isso com menos? Qual o encargo que a força deixa para os entes federados? Pois dá entender que os servidores do estado que recebe a força é muito ruim, mas na verdade falta estrutura. Então em que medida a força contribui para a melhora dessa estrutura? **Major Aragon** diz que essas perguntas dependem de uma apresentação sobre Força nacional, fugindo um pouco do foco da apresentação aqui. Sobre ao uso político da força, existe um crivo por meio de uma nota técnica que autoriza a entrada da força. Quanto à proporção de efetivos que cobre a força trabalho em fatos episódicos e temporários. Então os convocados trabalham em escala de pronta entrega, ou seja, eles se revezam na medida em que vão dormindo e se substituindo. Quanto ao legado, em média 50% dos recursos da Força é repassado ao estado em até dois anos, além dos equipamentos utilizados como carros, armas etc. **O Presidente em exercício** diz, em razão do adiantamento do tempo, solicita o início da apresentação da política de fronteiras do Depro. Convida o Almirante Ney Zanela, representante do Ministério da defesa e Alberto Kopittke do Depro/Senasp. **Alberto Kopittke** inicia dizendo lembrando dos velhos tempos do Conasp de quando ele participou do processo de reestruturação desse Conselho. Diz que o Plano Estratégico das Fronteiras foi

construído em três meses em parceria com o Ministério da Defesa e da Justiça. Foi um compromisso da Presidenta em campanha e constitucional da União. Assim, estão na fase de construção dos planos estratégicos entre Senasp e estados com os secretários de fronteiras. Assim, apresenta um breve diagnóstico das características da fronteira brasileira. O sentido desse plano é fortalecer a relação com os vizinhos com intuito de somar e fortalecer os trabalhos. Tendo em vista a complexidade de nossas fronteiras, destaca-se o tráfico de drogas, armas e pessoas que muitas vezes não passam fisicamente nem pelas fronteiras. Soma-se a isso a peculiaridade dos homicídios nessa região e sua interiorização registrada nos dados. Além disso, têm-se os modos (aéreos, fluviais e terrestre) como esses crimes são executados. Diante disso, têm-se duas grandes operações: Operação Sentinela e Ágata. A sentinela fortalece a inteligência, além de ser permanente e pontual. Por outro lado, a operação Ágata é de grande porte com impacto e temporal. Assim, reforça a importância do esforço conjugado com o Centro de Operações Conjuntas, apoio logístico e inteligência. Assim, tem-se o COC e CCCI no Ministério da Justiça para ter o planejamento estratégico em cada um dos estados com base em dados reais. Está sendo estruturado em cada estado os GGIs Estaduais para congregar as forças federais, estaduais e municipais. Assim o GGI em Guairá, por exemplo, proporcionou um diálogo entre essas forças. A Senasp entraria então com treinamento e investimentos. Além disso, com o levantamento dos recursos pessoais, com infra-estrutura, bem como Sistema de Comunicação Integrada, Unidade de Policiamento de fronteiras, e o GGI de Fronteiras. Os projetos estruturantes são os scanners veiculares, o projeto Alerta Brasil, e o tratamento de dados de inteligência. Operação Ágata é apresentada pelo **Almirante Ney Zanela**, que é complementar à atuação do Ministério da Justiça. O Almirante ressalta que essa apresentação é mesma que foi apresentada à Presidente Dilma. Assim, a operação Ágata prevê duas fases, uma do lado brasileiro e outra nos países fronteiriços com objetivo de acuar as práticas criminosas. Os objetivos estratégicos (6) neutralizar o crime organizado, redução da criminalidade, coordenação do planejamento e execução das ações militares, cooperação com demais países, intensificação da presença das forças armadas e apoio à população. Assim, a operação se apóia na Constituição Federal (garantias e direitos), as regras de engajamento (a conduta. Ex: devem andar em conjunto) e coordenação do Ministério da Defesa. Além disso, tem-se a estrutura de comando e controle (COC). **Conselheiro Gandra** que gostaria de saber qual o papel da Polícia Civil nessas operações? Se há alguma compensação pecuniária para que o policial se fixe na região da operação. **Conselheiro Diógenes** parabeniza Alberto e pergunta como Secretário de Mato Grosso, como delegado e como agente. Assim, dada a peculiaridade do Estado de Mato Grosso, ressalta a estruturação das unidades de fronteiras para possibilitar a vigilância permanente e rápida. Mato Grosso, por exemplo, a cocaína chega por via aérea. **Conselheiro Marcos Dias** parabeniza o plano de fronteiras. Ressalta as dificuldades de estabelecimento dos militares nos locais de operação. **Conselheiro Benedito Mariano** parabeniza o Almirante e o Diretor do Depro, destacando a política de matricialidade, que fundamental pra se combater qualquer tipo de criminalidade. Duas perguntas: primeiramente se é possível estabelecer uma meta de médio e curto prazo para as prisões etc. dessas prisões? Além disso, se nesse novo plano estratégico do Pronasci está contemplado a interação com as fronteiras. Assim ele convida o Aberto para apresentar o Pronasci na próxima reunião do CONASP. **Conselheiro Heder** que considera importante esses projetos e fica feliz em perceber que existe um plano como esse para a segurança pública nessa área. Acrescenta ainda à preocupação do Conselheiro Marcos Dias com as residências dos efetivos deslocados para essas operações. Assim, considera inadequada a construção de vilas ou conjuntos militares que deixa a família dos policiais vulneráveis durante suas atividades. **Conselheiro Mariano** parabeniza a apresentação e questiona a mistura de várias corporações nessas operações. Assim pergunta de quem é a competência para se apurar eventuais

crimes nessas operações. **Conselheiro Tião** pergunta qual o custo anual dessa ação e sua durabilidade? Se será um política de estado, de governo? Em seguida, a questão do Pronasci, como ficaria nessas operações? Em terceiro, sobre a seleção dos que vão a operações como essas, se a preocupação com o perfil? Por fim, se foi pensado em algum plano de desenvolvimento local para essas regiões que recebem essas operações? **Conselheiro Marcos Costa** diz ser importante incorporar os órgãos judiciais nessas operações. A formulação do Decreto poderia ainda prever algum tipo de controle social. **Conselheiro Manoel Moraes** que parabeniza a apresentação, destacando a importância das ações de segurança nas fronteiras como prevenção de outros crimes. Nesse ponto, coloca-se a necessidade de discussão sobre Índios Guaranis que entendem sua territorialidade para além das fronteiras do Brasil, englobando três países latino americanos. Como se tratará essa questão pelas forças armadas nessas operações? Se há alguma preocupação com sua mobilidade no território de fronteira e que não haja violação dos direitos humanos desses povos? O Brasil está pactuando um tratado multilateral reconhecendo a polinacionalidade dos Guaranis e que tem sido pautado na reunião das Altas Autoridades para os Direitos Humanos no UNASUL esse reconhecimento e que o representante do Brasil é o Dr Carlos Eduardo - Itamaraty. E que nossa Constituição de 1988 reconhece os costumes e tradições dos povos indígenas, e claro isso deverá ser considerado no Plano de Fronteiras. **Almirante Zanela** responde às perguntas. Sobre as vilas, os pelotões ficam bem próximos às fronteiras. É certo de quem vai voltar dentro de algum tempo, além de receber incentivo pecuniário. **Alberto Kopittke** lembra que numa das discussões desse plano de fronteiras, que coordenação na área das forças armadas significa articulação e integração; enquanto que o comando fica a cargo da hierarquia. Que em relação ao Pronasci fronteiras, se remete ao Pefron que se deparou quando chegou ao Depro. Essa política se baseava no aparelhamento dos estados na localidade das fronteiras. Assim, houve uma construção crítica desse programa e foi separado apenas 100 milhões de reais, dos quais uma parte já foi executada para compra de viaturas, capacetes, etc. Assim, preferiu-se suspender e refazer o planejamento da política com o MPOG e Ministério da Defesa. Nessa questão do orçamento, entra a negociação com a presidenta, após sua aprovação. Assim, a Presidenta autorizou a discussão desse plano com os estados. Parece que não é o caminho fornecer bolsa para o policial que vai para a fronteira. Assim, a intenção não foi alijar os policiais desse processo, está aberto para os estados se posicionarem. A política sobre drogas não é objeto desses departamentos aqui, mas é fundamental. A Senad veio pra isso. Sobre a questão do Conselheiro Mariano, sugere que a responsabilização deve ser do Ministro, se remetendo assim as colocações do (ex) ministro Jobim. Por fim, sobre a articulação com o Pronasci, informa que está no aguardo da autorização da Presidência para apresentação ao Conasp. Ressalta que esses últimos meses, não tem sido fácil e que tem aprendido muito com os fluxos com que trabalha a Presidência. Assim, está se investindo muito na discussão sobre os investimentos na política de segurança pública se por meio de convênio ou fundo a fundo. Então é uma questão que se tem avançado, mas que ainda não foi finalizado. Sobre o desenvolvimento humano nas regiões de fronteiras, responde que ainda não há essa integração, mas que vai provocar essa preocupação. **Conselheiro Manoel Moraes** registra que o nome do conselheiro representante da Comissão de Direitos Humanos é Carlos Eduardo, e não Cadu. **Almirante Zanela** agradece ao Conselho pela oportunidade de apresentar o retorno e para que se possa corrigir o Plano. Que o prazo do acordo com o Ministério da Justiça é duradouro. **O Presidente em exercício** finaliza agradecendo a todos os palestrantes e em seguida consulta o pleno sobre os informes. **Conselheiro Benedito Mariano** Sumariza dizendo que a reunião foi muito produtiva e informa dizendo que entregou uma minuta de Resolução da Câmara Técnica de qual faz parte. **O Presidente em exercício** informa ainda que está aberta para sugestões a política de fronteiras. **Conselheiro Celito** solicita a presidência os encaminhamentos da recomendação ao

Governador de Alagoas e aos Bombeiros. Considera que havia necessidade dessa aproximação proporcionada por essa reunião e assim, agradece a todos. **Conselheiro Almir** que registra que considera a parceria do Ministério da Justiça e Ministério da Defesa um marco, principalmente no que se refere a sua dificuldade por muitos anos de integrar os bancos de dados de armas durante as campanhas do desarmamento. **Conselheiro Vicente Mariano** comenta a matéria da Folha de São Paulo que relata a redução dos homicídios em São Paulo. Informa que por meio de um convênio gratuito foi integrado os sistemas do Estado do Piauí e Amazonas. Registra ainda seu descontentamento com a marcação de seu vôo para 22h. **O Presidente em exercício** informa que será solicitada a visita da equipe técnica do Plano de Redução de Homicídios nos Estados de Minas, São Paulo e Pernambuco. A Senasp está enviando técnicos para conhecer o plano desses estados e buscando subsídios no plano a ser construído. Que na próxima reunião já possivelmente será discutido o Plano de Homicídios com a presença do Diretor Alberto Kopittke. **Conselheiro Humberto** informa que está substituindo de maneira definitiva a Eliete em nome das perícias. Solicita ainda que seja discutida a questão de Alagoas como ponto de pauta. **Conselheiro Manoel Moraes** ressalta a importância dessa reunião. Então é importante que seja dito que o Conasp e a Conseg é uma conquista da Constituição de 1988 e que só 20 anos após a sua promulgação houve o reconhecimento da necessidade da sociedade em desenvolver o controle social da atividade policial, e ainda de aproximar a sociedade e dos trabalhadores do Estado. Ressalta ainda que o Pacto pela Vida é apenas o primeiro plano de segurança pública no Estado de Pernambuco, com enfretamento dos grupos de extermínio. É importante ainda que membros do Conasp acompanhassem e ajudassem o reconhecimento dos conselheiros nos seus próprios estados. Que as ações do Ministério nos estados fossem comunicadas aos conselheiros para que o estado reconheça-os como conselheiros. E ainda que as informações sejam ditas imediatamente na lista do Conasp. Assim, a comunicação seja mais direta por meio dos e-mails. Que as respostas da SE/Conasp fossem de imediato, pois parte dos constrangimentos poderiam ter sido evitados se houvesse respostas do que é encaminhado a SE/Conasp. Que determinadas questões podem ser resolvidas por meio de respostas dadas às questões encaminhadas. **Conselheiro Marcos Costa** que quer saber quem pode se comunicar com os conselheiros, se é a SE/Conasp, se a Vice-presidência ou a própria Presidência, que as respostas devem ser dadas, porque nessa última reunião as respostas não foram dadas por barreiras não nítidas. **O Presidente em exercício** diz que é a Secretaria Executiva o canal direto de comunicação com os conselheiros. **Conselheiro Marcos Dias** diz que se despede de todos devido à renovação da representação de sua instituição. Então com a vitória da oposição, não sabe se continuará indicado como representante. Destaca ainda que os e-mails são mandados para os grupos, enquanto instituição, portanto precisa que as respostas sejam dadas relativamente rápido. Solicita por fim que a comissão representativa seja mais utilizada. **Secretária Executiva** informa que todos os documentos do Conasp são encaminhados a Conjur que não faz nenhuma alteração, só sugestões dentro da legislação. Essas sugestões serão submetidas ao pleno antes de publicada. Sobre o Decreto, declara ainda que ainda não está finalizado, o que não é objeto de análise da Conjur. Assim, precisa ser feita uma análise de mérito que ainda não foi finalizada. **Conselheiro Marcos Costa** sugere que o encaminhamento dado a Conjur seja repassado aos conselheiros. **O Presidente em exercício** que todo o tramite referente ao Conasp deve ser repassado aos conselheiros e a partir de agora virá regra, para não causar tensionamento como os anteriores, e retoma uma questão inicialmente posta pela Secretária Regina. Reflete então que na SE/Conasp cada um tem sua atribuição definida e isso precisa ser respeitado. Assim, é preciso respeitar as atribuições da Secretaria Executiva na sua dimensão política, bem como as administrativas da SE/Conasp. **Cinthya Ciarallo** que fica frustrada com o silêncio da SE/Conasp na lista. Por exemplo, a síntese da reunião poderia ser feita uma síntese, a

confirmação de proposta de pautas, etc. Que fica na expectativa de pauta, que encaminha questões e não tem respostas. **A Secretária Executiva** explica que é difícil na relatoria que nem tudo é escrito e é necessário a escuta do áudio para complementar e ressalta que quando a reunião é realizada no estado, fica mais difícil de compartilhar as informações, em virtude da demora do envio do áudio e que em Brasília é mais fácil, pois tem a condição de ter o áudio de imediato. **Conselheiro Gandra** pergunta sobre a possibilidade de contratação de taquígrafo. **O Presidente em exercício** responde que a contratação desse serviço ficou muito caro e ineficiente para o Ministério. Conselheiro Marcos Dias coloca sobre a condução das reuniões, pondera que pode ser decidido pela Presidência sobre a ata, que pode ser encaminhada às decisões ou a síntese pelo e-mail. **Conselheiro Marcos Resende** coloca a questão dos horários dos vôos que estão muito inviáveis. **O Presidente em exercício** encaminha essa proposta para que se faça um memorando para o Gabinete do Ministro solicitando uma compreensão nesse sentido, para sensibilizá-los, expondo no texto do memorando o exemplo. **A Secretária Executiva** lê a lista dos que participaram como observadores. Assim, o Presidente declara encerrada a reunião. Encerrada a cerimônia e desfeita a mesa, a 3ª Reunião Extraordinária do Conasp por seu Presidente interino Agnaldo Augusto.